

# Cálculo do rombo leva 15 dias

BRASÍLIA — O secretário especial de Assuntos Econômicos do Ministério da Fazenda, João Batista Camargo, confirmou, ontem, no programa "Bom-Dia Brasil", da Rede Globo, que o governo está aprofundando os cálculos sobre o custo da anistia aos micro e pequenos empresários aprovada pela Constituinte. Camargo disse que o ministério está trabalhando para produzir números "absolutamente corretos", sobre quantos e quais serão os produtores e empresários beneficiados pela anistia. O cálculo do rombo vai demorar 15 dias.

Camargo negou que o governo já tenha decidido sobre as medidas adicionais de contenção de despesas, e garantiu que o aumento do Imposto de Renda será "a última alternativa" para cobrir os custos da anistia.

Os produtores de culturas em melhor situação financeira, como os de soja e laranja, por exemplo, poderão sofrer um impacto maior dos cortes no financiamento do custeio da safra 88/89, para com-

pensar os custos da anistia da correção monetária.

Esses produtores seriam duplamente penalizados — não teriam direito à anistia, por causa do critério "caso a caso" da emenda, que exclui os tomadores de empréstimos que tiveram preços compensadores, e, ainda, perderiam parte do financiamento do custeio —, reconhece uma fonte do Ministério da Fazenda. Mas não há outra saída, complementa: "Não faria sentido cortar nas culturas que estão em pior situação, e, portanto, mais necessitadas do financiamento".

Mas a decisão final sobre quem vai sair perdendo será tomada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), na reunião marcada para o dia 13. Até lá, técnicos do ministério da Fazenda e da Agricultura trabalharão para apresentar ao ministro da Agricultura as diversas possibilidades de redução dos recursos. Segundo a fonte da Fazenda, "o corte deverá ser seletivo e condicionado ao custo final da anistia".



Camargo: governo busca números absolutamente corretos

## Mudar anistia, idéia que já tem opositores

BRASÍLIA — Bastou o presidente em exercício Ulysses Guimarães anunciar a disposição de examinar com as lideranças políticas a possibilidade de uma emenda supressiva contra a anistia aos micro e pequenos empresários e já começaram as reações. Ontem, o deputado Fernando Gasparian (PMDB-SP) foi o primeiro a chegar ao Palácio do Planalto, fora da agenda, para denunciar uma campanha contra as decisões econômicas da Constituinte e argumentar que Ulysses está mal-informado sobre o assunto.

Não é só Ulysses Guimarães quem está mal-informado, segundo Gasparian. O presidente José Sarney também, tanto assim, que o deputado está pensando em reunir colegas favoráveis à anistia para que façam a campanha inversa junto ao governo e levem ao presidente uma outra versão dos fatos. Um ponto a destacar, de acordo com Gasparian, é que o limite de 12% ao ano para os juros bancários já aprovado no 1º turno será uma solução contra os problemas que atingem os pequenos produtores rurais e empresários beneficiados com a anistia. Medida que também vem sendo bombardeada pelos técnicos do governo.

## BNDES acha que é uma 'tragédia'

BELEM — O presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Márcio Fortes, disse ontem, em Belém, que a anistia das dívidas de empresários, contraídas durante o Plano Cruzado, aprovada pela Assembleia Nacional Constituinte, representa "uma tragédia para a sociedade brasileira como um todo, em benefício de uns poucos que se negam a pagar suas dívidas". Apenas na área urbana, o BNDES deverá perder cerca de US\$ 100 milhões (Cz\$ 20 bilhões) com a anistia. Ele acha que a medida significa o fechamento de uma porta fundamental para o desenvolvimento da indústria de pequeno porte no País.

Márcio Fortes reafirmou os planos do BNDES de privatizar, até o final do ano, as empresas ainda sob controle do banco, admitindo que das cinco que restam a Usimec será a mais difícil e deverá ficar por último, por pertencer a um setor que não está comprando, e

a mais fácil, a Companhia Celulose da Bahia.

Em relação à Carajá Metais, o presidente do BNDES afirmou que a separação dos setores de mineração e metalurgia ocorreu porque não haveria condições de privatizar a parte de mineração, que ele considerou "um folclore", e só se mantém por causa da questão social, representada pelos empregados. Mas a curto prazo deverá haver um remanejamento desse pessoal, com o aproveitamento de parte da mão-de-obra no projeto de exploração de cobre de Carajás, que deverá ser iniciado em janeiro de 89 por meio de empresa formada pela associação do BNDES com a Companhia Vale do Rio Doce, controlada pelo capital privado. Ainda em relação à Amazônia, Fortes destacou que grandes investimentos oficiais, como os de Carajás e da Albrás, estão suspensos e caberá ao capital privado investir na região, principalmente na área industrial.

## Empresários e políticos pedem mais seriedade

RIO — Reunidos ontem, no Hotel Glória, no Rio, no almoço pelo quinto aniversário da Flupeme (Federação das Pequenas e Médias Empresas Fluminenses), políticos e empresários foram unânimes na crítica à posição do governo federal em relação à anistia das dívidas, decidida no primeiro turno da Constituinte. O governador Moreira Franco, o prefeito Saturnino Braga e o senador José Richa (PSDB-PR) acham que o assunto deve ser tratado com mais seriedade e que deve prevalecer, no segundo turno, a anistia concedida pela Constituinte.

Para o presidente da Flupeme, Benito Dias Paret, o ministro da Fazenda tem que parar de fazer agressões verbais e conversar com os setores interessados na solução do problema, na busca de uma saída que atenda às necessidades do empresariado. "A Flupeme sempre entendeu que o importante é renegociar as dívidas. A anistia é uma coisa que está contra os interesses da Flupeme. Nós entendemos que no cerne da anistia sempre há um pouco de injustiça", disse Paret.

## O governo usa o chutômetro

JOSÉ PAULO KUPFER

O espetáculo da anistia das dívidas contraídas por micro e pequenos empresários, ao longo do ano do Plano Cruzado, ao lado do perdão de multas e juros de mora dos devedores das Fazendas Públicas — federal, estaduais e municipais —, oferecido pela Constituinte, guarda algumas boas lições. Diante delas, não teria sido necessário a morte de Chacrinha para que fosse lembrado que, neste país, como o pau-brasil, a bagunça, a malandragem e a inversão de valores são nativos da terra.

No desenrolar desses episódios em que foram premiados não só empresários incautos e imprudentes, mas também sonegadores e fraudadores, sobram nódoas e respingos para todos os lados. Para os constituintes que aprovaram os absurdos, e que ficam sem ter o que responder aos filhos quando estes lhe perguntarem se vale a pena ser honesto no Brasil. Para certas lideranças, como a do pequarista Ronaldo Caiado, da UDR, que, ao ser carregado nos braços de correligionários, no momento em que a anistia era aprovada, mostrou estar preparado para defender o credo liberal e a economia de mercado — desde que os outros assumam os prejuízos. Restaram, finalmente, para o governo e sua burocracia, manchas indelévels de prepotência e irresponsabilidade no trato com a cidadania.

Propondo, de início, uma aliança em torno do bom senso, mas logo arreganhando os dentes com ameaças e represálias, as autoridades econômicas inundaram o noticiário com uma cachoeira de números e cifras, numa pretensa demonstração de eficiência estatística, cujo único objetivo, visto não existir tal eficiência, seria o de encobrir o verdadeiro descontrolado das finanças públicas, arruando mais um bode — ou um pato — expiatório de ocasião.

Para começar, o governo não sabe a quanto monta nem mesmo o tão decantado déficit público. Ele conhece bem o déficit da União e, quando muito, as chamadas "necessidades de financiamento" de Estados e municípios. O déficit global, ou seja, a singela diferença entre a estimativa do que será arrecadado no ano e do que será gasto, não é de conhecimento da burocracia — pelo menos por en-

quanto. Os 4% do PIB, os 2%, os 6% ou o que se queira, não passam de "chutes". Qualquer pessoa que recorrer aos recortes de jornais dos últimos cinco anos poderá montar um "chutômetro" apropriado.

Se não sabe nem mesmo o montante em cruzados do famoso déficit, o que dizer das dívidas contraídas por pequenos empresários com um sem-número de bancos? É claro que, em relação a esses valores, qualquer contabilidade será falsa. Quantos contratos já foram renegociados com bancos privados e mesmo oficiais? O que já foi absorvido nos balanços dos bancos na rubrica dos devedores duvidosos? Que conceito teórico ou que situação prática teria a capacidade de jogar o que já não existe no buraco sem fundo das contas públicas — ainda mais quando se trata de negócio entre particulares, cujos únicos prejudicados seriam o banco e ou seus acionistas?

Mesmo no caso dos bancos oficiais e, sobretudo, do Banco do Brasil, a ameaça do rombo não faz tanto sentido. A contabilidade, aquele monstro que engolia sem pedir licença os recursos do Tesouro Nacional, foi ou não extinta? Se não foi, é urgente que o governo dê uma explicação. Se foi, como é que o décimo oitavo mais rentável banco do mundo vai pressionar as contas públicas com o imbroglho dos pequenos empresários urbanos e rurais? Será obrigado a fazer uma chamada de capital? Deixará de distribuir dividendos já incluídos nas estimativas de "arrecadação" da União? O que quer que seja tem de ser explicado.

Assim como o perdão das multas e juros dos devedores tributários só produzirão um rombo potencial — ninguém imagina conseguir executar a cobrança e, portanto, o valor potencial jamais fez parte de qualquer peça orçamentária oficial —, os buracos anunciados pelo governo, em função da anistia e do perdão, são todos teóricos, ainda que não restem dúvidas sobre os efeitos morais daninhos que produzirão. Ao contrário dos gastos com contratações e obras inadequadas como a célebre Ferrovia Norte-Sul.

O contribuinte vai mesmo pagar a conta. Os motivos, porém, são outros.

José Paulo Kupfer é secretário de Redação do Estado.